



**Dossiê: Experiências instituintes de pesquisa e formação docente:
diálogos latino-americanos**

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual

Representaciones: inclusión y exclusión digital atravesada por la escuela actual

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará-Brasil

Ivany Pinto Nascimento
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-Pará-Brasil

Maria de Lourdes Soares Ornellas
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador-Bahia-Brasil

Resumo

Este artigo aborda os resultados parciais da pesquisa, intitulada *Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual*. A questão central é: como se constituem as representações sociais de jovens do Ensino Médio de escola pública sobre a inclusão e a exclusão digital, mediante a interdição do uso do celular e suas implicações no processo de educacional? A pesquisa é qualitativa e o método o descritivo e interpretativo de cunho empírico. O *lócus* da coleta de informações é uma escola pública do Ensino Médio, localizada na cidade de Belém do Pará – Região Norte. Os/as participantes do estudo são 23 alunos/as do Ensino Médio, selecionados/as igualmente entre o sexo masculino e feminino, voluntários/as e na faixa etária de 15 a 18 anos. A Metodologia consistiu em uma enquête, feita por meio de um roteiro, realizada com os/as alunos/as, na escola. Para efetivar a análise das informações foi utilizada a análise temática com a referência das pesquisadoras Braun e Clarke, (2008). As representações sociais desses/as alunos/as se objetivam a partir de imagens ideativas que, por sua vez, ancoram respectivos sentidos.

Palavras-chave: Inclusão e exclusão digital. escola. interdição do celular.

Resumen

Este artículo aborda los resultados parciales de la investigación, titulada *Representaciones: inclusión y exclusión digital atravesado por la escuela actual*. La cuestión central es: ¿cómo se constituyen las representaciones sociales de jóvenes de la escuela secundaria pública sobre la inclusión y la exclusión digital mediante a la prohibición del uso del celular y sus implicaciones en el proceso educativo? La investigación es cualitativa y el método es descriptivo e interpretativo de carácter empírico. El lugar de la recolección de información es una escuela pública de Educación Media, ubicada en la ciudad de Belém do Pará - Región Norte. Los participantes del estudio son 23 estudiantes de Educación Media, seleccionados en igualdad entre sexos masculino y femenino, voluntarios y en el rango de edad de 15 a 18 años. La metodología consistió en una encuesta, realizada a través de un guion, llevada a cabo con los estudiantes en la escuela. Para llevar a cabo el análisis de la información se utilizó el análisis temático con la referencia de las investigadoras Braun y Clarke (2008). Las representaciones sociales de estos/as alumnos/as se objetivan a partir de imágenes ideativas que, a su vez, anclan respectivos sentidos.

Palabras clave: inclusión y exclusión digital. escuela. prohibición del celular.

Introdução

Este artigo escrito por pesquisadoras, estudiosas do campo das representações sociais, objetiva abordar os resultados parciais sobre a pesquisa, intitulada *Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual*. A questão central que orienta este estudo é: como se constituem as representações sociais de jovens do Ensino Médio de escola pública sobre a inclusão e a exclusão digital mediante a interdição do uso do celular e suas implicações no processo de educacional?

Conceituamos a exclusão digital como uma condição em que o/a sujeito/a é privado/a do uso de tecnologias que propiciam informações, atualizações, dentre outras mediações. Essa condição pode ser propiciada pela carência de meios para o acesso ou pela falta de conhecimento sobre o uso ou por falta de interesse pelo digital. Esses e outros aspectos que causam a exclusão digital em nosso país têm, em grande medida, vínculo com a desigualdade social, educacional e outros problemas: político, econômico, que persistem em nosso país.

Na atualidade, aqueles grupos ou comunidades que vivem à margem e, dessa maneira, distantes da utilização de aparelhos digitais ao ter que utilizá-los, têm muitas dificuldades e que, por isso, desistem e até preferem se manter afastados, mesmo que saibam que a tecnologia é útil nas suas vidas e respectivos grupos e comunidades. Por exemplo, a falta da internet faz com que as pessoas de algumas comunidades como à dos povos da Amazônia, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, entre outras, sejam impedidas de terem acesso a conhecimentos, estabelecer intercâmbios culturais, e estarem atualizadas com as informações locais, nacionais e internacionais.

A educação é essencial para reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão digital. Ela não é o único canal de inclusão digital, mas, sem dúvida, possibilita em grande medida que as aprendizagens escolares se utilizem das tecnologias e reduza o analfabetismo digital, dentre outros que se vinculam a ele. A condição para isso depende, sobretudo das políticas governamentais, juntamente com parcerias para que a inclusão digital se torne realidade não somente nas escolas, mas também na vida de um número expressivo de comunidades brasileiras.

Cabe ressaltar que este estudo se pauta na aproximação entre a concepção tecnológica da comunicação e a informação assentada na emergência contemporânea. É uma concepção inscrita e definida num estilo, reificado, num *savoir-faire* que pretende desvelar as representações sociais do sujeito sobre a inclusão e a exclusão digital na perspectiva da

interdição do uso do celular e suas implicações no processo de educacional. De posse destes resultados é que podemos encontrar saídas, frente aos dilemas psicossociais que ‘atravessam’ a humanidade.

É nessa raiz epistêmica que este escrito busca falar de representações sociais na perspectiva da Inclusão/Exclusão digital enquanto fenômenos ambivalentes do **bem** e do **mal**; se por um lado o/a sujeito/a social bascula no destino do acesso, outros/as tantos/as, não têm acesso às tecnologias digitais. Aqueles/as que têm acesso e os/as que sentem o inaccess, vislumbam esses objetos eletrônicos desejantes. De acordo com Jerusalinski (2017, p.57):

Mas podemos ter certeza de que eles são usados por um universo que compreende desde as mentes mais sutis do planeta até as camadas semianalfabetas da população desde os pensantes mais complexos até as formas mais simples de inteligência humana. Idade e culturas, idiomas e ofícios os mais diversos se servem deles com igual fruição, embora certamente não com a mesma finalidade.

A teórica ‘pinça’ na sua fala escrita que a universalização do uso dos objetos eletrônicos ‘atravessa’ idades, culturas, idiomas e profissões com demandas diferenciadas em função da diversidade de classes sociais.

O avanço tecnológico tem causado mudanças operacionais em vários campos do saber, não obstante, a área do conhecimento que tem provocado alternâncias substanciais é a educação. Este campo de saberes opera com inúmeros desafios e outros que estão por advir. É preciso registrar que a exclusão da linguagem digital é o que mais inquieta educadores, psicólogos, sociólogos etc., ao se considerar que a camada de baixa renda é a classe que mais agoniza frente ao isolamento e a desigualdade social, que aprisiona: a exclusão social que, por sua vez, potencializa a exclusão digital e enraíza a exclusão socioeconômica.

Em nosso país, a exclusão digital está associada às desigualdades socioeconômicas e culturais, assim posto, é (im)possível falar da exclusão digital sem mencionar o padecimento sofrido, por uma parcela significativa da sociedade brasileira, com o analfabetismo, o desemprego, a baixa renda e a educação. A exclusão social e a exclusão digital coabitam mutuamente no espaço em que causa e consequência se relacionam em meio aos elementos linguísticos simbólicos de tal forma que uma é o resultado da outra.

Nesse movimento de exclusão social, a expansão do uso da Tecnologia da Informação (TIC) no âmbito da educação brasileira foi intensificada com o advento da Pandemia da Covid-19, no ano de 2020, em que o isolamento social deixou marcas iminentes. As escolas foram

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual

orientadas para a suspensão das suas atividades, e o retorno ocorreu, de forma processual, por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Nesse período, a exclusão digital se potencializou, impôs mais uma lacuna aos/as alunos/as menos favorecidos/as socialmente, visto que para acompanhar as aulas, o imperativo se constituiu como marca registrada: competências digitais suficientes ao acesso à internet. Essa nova face psicossocial aprofundou a desigualdade que já existia com relação as oportunidades do processo de ensinar e aprender.

Diante dessas constatações científicas sobre a exclusão digital, este estudo faz sentido pelo aprofundamento teórico e empírico, construído pelas pesquisadoras, com a abordagem de temáticas como inclusão e a exclusão digital, cujas considerações são importantes para o campo das humanidades, principalmente o educacional em face das determinações oficiais sobre a proibição do uso do celular na escola, especialmente durante as aulas. Essa determinação funcionou como um desejo para reunir as vivências e as experiências tanto de docentes quanto das pesquisadoras, para dizer na escrita e na escuta que tivemos sobre outro/a e o que ecoou no estudo realizado.

Os objetivos deste estudo estão assim delineados: (a) descrever a constituição das representações sociais de jovens do Ensino Médio de escola pública sobre a inclusão e a exclusão digital mediante a interdição do uso do celular e suas implicações no processo educacional; (b) identificar nas formações discursivas desses jovens as objetivações (imagens ideativas) e ancoragens (sentidos) que organizam estas as representações sociais com recorte na interdição do celular na escola, sobretudo na sala de aula e; (c) caracterizar os afetos manifestos quanto ao uso do celular.

Nesse sentido, a estrutura deste escrito consiste nos seguintes tópicos: a introdução, na qual explicitamos o processo epistemológico deste estudo, que deu origem a este artigo; a fundamentação teórico-metodológica, com destaque a referência da Teoria das Representações Sociais (TRS), seguida de algumas reflexões sobre a “inclusão – exclusão” digital na escola; as marcas simbólicas da exclusão do desejo, bem como a exclusão digital: o objeto perdido. Por fim, apresentamos as representações sociais de alunos do Ensino Médio sobre a inclusão e a exclusão digital com recorte na interdição do uso do celular e suas implicações no processo educacional.

Fundamentação teórico-metodológica

O referencial teórico deste estudo se baseia na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (2005), uma vez que essa teoria se caracteriza pela investigação e validação do "conhecimento social", na medida em que ele fornece base para apreendermos a construção de conhecimento de diferentes grupos sociais. Significa que a partir das vivências e experiências do cotidiano desses grupos; pensamentos, sentimentos e ações são compartilhados e consensuados para orientar seus modos de vida. Essa dinâmica envolve a criação de universos simbólicos, cujas imagens ideativas e respectivos sentidos constituem a dinâmica dos processos psicossociais de cada grupo. Vale destacar que a concepção de grupo considerada, consiste em um conjunto de sujeitos/as que partilham identidades e práticas comuns. Dessa maneira, um grupo representa um agrupamento social de sujeitos/as que têm papéis definidos entre si, assim como valores e normas específicas que regulam o comportamento de membros/as, nas questões importantes para manter sua identidade.

Assim, as representações sociais formam um conjunto simbólico de crenças e ideias compartilhadas sobre a realidade entre sujeitos/as pertencentes a um grupo e são resultados das suas interações, sem perder de vista o individual.

Denise Jodelet (2005), principal colaboradora de Moscovici, ao abordar o processo de construção das representações sociais, destaca a sua complexidade, vitalidade e transversalidade no campo das ciências humanas (Mazzotti, 1994), uma vez que as representações dão corpo, materialidade e sentido a condição subjetiva e objetiva de sujeitos/as e seus grupos.

O processo de construção das representações sociais se desenvolve a partir de dois mecanismos psicossociais: a objetivação e a ancoragem. Eles têm a propriedade de formar a imagem ideativa mental e seus respectivos sentidos. Significa que uma representação é sempre de alguém – pertencente a um ou mais grupos – sobre alguma coisa, segundo Jodelet (2001). A objetivação é a transformação de uma ideia ou conceito abstrato em uma imagem mental. Enquanto a ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a uma imagem ideativa, cognitiva-emocional pré-existente (Sawaia, 2004).

Para Moscovici (2005) tanto a objetivação quanto à ancoragem é responsável pela função social das representações, uma vez que permitem compreender a forma como os simbólicos representados se organizam e se constituem para compor os elos nas cadeias de sentidos, decorrentes das interações sociais. Assim, os saberes, as práticas e os vínculos

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual

afetivos dos/as sujeitos/as advindos das vivências do cotidiano têm seus registros na formação de imagens ideativas e respectivos sentidos que representam não somente conhecimentos sobre a realidade, mas também conhecimentos que dão sentidos as identidades e culturas de grupos e seus modos de vida.

Desta forma, eleger como referência a TRS significa imergir no trato das representações sociais enquanto temática explicativa sobre os pensamentos, sentimentos e ações que orientam a vida de sujeito e os respectivos grupos. Consideramos que as representações sociais são caminhos com rigor científico para explicarmos e entendermos o pensamento, o sentimento e os fazeres de grupos sobre um determinado fenômeno (Rocha, 2014). Isso significa que os eventos, os objetos e o mundo em geral se articulam aos processos de representações, nos quais os símbolos são marcas que adquirem sentidos com base nas partilhas e nos consensos de grupos sobre as práticas cotidianas. Essa dinâmica psicossocial – em que o/a sujeito/a e o objeto sofrem mutuamente transformações em suas representações – se mantém interatuante na construção e mudanças de representações sociais.

Neste estudo adotamos a pesquisa qualitativa e o método descritivo e interpretativo, de cunho empírico para orientar a investigação em função da questão central orientadora do estudo em tela.

Minayo (2001) concebe com propriedade que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, níveis de realidades que não se pode quantificar, pois se trata de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse universo se constitui em simbólicos construídos e atravessados por vivências culturais, modos de vida e interações.

O *lócus* do levantamento de informações é uma escola pública do Ensino Médio, localizada na cidade de Belém do Pará – Região Norte. Os/as participantes do estudo são 23 alunos/as do Ensino Médio, selecionados/as igualmente entre o sexo masculino e feminino, voluntários/as e na faixa etária de 15 a 18 anos.

O dispositivo utilizado para o levantamento de informações foi uma enquete, por meio de um roteiro contendo as seguintes questões: (a) discorra como percebe a inclusão e a exclusão digital na escola? (b) O que você acha da interdição dos celulares na escola? (c) Quais os afetos que essa Interdição gestou na vida cotidiana dos alunos? (d) Qual é a sua sugestão para a saída do impasse? As questões foram respondidas, entregues com a assinatura de cada

aluno do Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TCLE) de sua participação sobre o tema em investigação.

Para efetivar a análise das informações obtidas na enquete, foi utilizada a análise temática com a referência das pesquisadoras Braun e Clarke, (2008), para as quais, esse tipo de análise, além da sua flexibilidade, se aplica uma variedade de abordagens teóricas e epistemologias específicas. A abordagem da análise temática, segundo essas psicólogas sociais pode ser aplicada em um conjunto variado de informações. Para Braun e Clarke (2008, p.81): “análise temática não é apegada a qualquer arcabouço teórico pré-existente e, por conseguinte, ela pode ser utilizada em diferentes quadros teóricos (embora não todos), e pode ser usada para fazer coisas diferentes dentro deles”.

Esses padrões/temas, recorrentes na estrutura discursiva, revelam as significações coletivas, consensuais e específicas, contidas na cadeia narrativa das informações levantadas junto aos grupos de sujeitos/as, alvos de estudos qualitativos. Esse tipo de análise é um instrumento valioso para revelar os elos de sentidos e respectivas imagens mentais sobre o objeto em investigação. Este tipo de análise se assemelha à análise narrativa, pois ela propicia condições ao/a pesquisador/a para apreender a partir da estrutura discursiva do/a sujeito/a os traços de subjetividade envolvida nas experiências e interações dos/as sujeitos/as e respectivos grupos. Dessa forma, você obtém informações detalhadas sobre a situação.

Para a realização da análise temática, percorremos as seguintes fases: a leitura das respostas das quatro questões que compõe o corpus de nossa investigação; o agrupamento das informações coletadas pelas unidades de semânticas, seguida da elaboração da temática que represente o significado central do agrupamento; e a análise discursiva das informações.

Assim, após o levantamento das informações, 04 (quatro) grupos de alunos/as foram elaborados de acordo com as unidades de sentidos recorrentes em suas discursividades: (1) contendo as falas e consensos dos alunos/as sobre a concepção de inclusão e exclusão digital na escola; (2) constituído por jovens que são a favor da interdição parcial do celular; (3) composto por jovens que são a favor da liberação total do celular; e (4) integrado por jovens que não são a favor da interdição do celular.

“Inclusão – exclusão” digital na escola

Nos anos 90 do século XX, com a expansão das tecnologias digitais, o mundo entrou na “era da informação”, que interfere no cotidiano social de diferentes grupos sociais, em termos das comunicações e da educação.

A inclusão digital implica em ter acesso ao uso das tecnologias, para melhorar as condições e qualidade de vida das pessoas, o que também contribui para o exercício da cidadania, como sujeitos cidadãos e de direitos. Mas para isso precisa da educação, porque não é apenas ter acesso às tecnologias, há necessidade de saber utilizá-las na aquisição de conhecimentos e nas práticas sociais. Para Gonçalves (2013, p. 9):

A desigualdade social, política, econômica e cultural entra agora na era digital. Os indivíduos digitalmente excluídos também o são socialmente, pois o acesso à informação e a capacidade de transformá-la em conhecimento são fatores decisivos da inclusão social, o que passa, necessariamente, pela educação de qualidade e acessível a todos.

Nesse sentido, a exclusão digital está relacionada às desigualdades sociais porque nem todos os segmentos sociais têm acesso às tecnologias por questões financeiras e educacionais. Gonçalves (2013, p.19) chama atenção para as assimetrias regionais no Brasil em termos de inclusão-exclusão digital.

Os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocupam as primeiras posições, liderados pelo Distrito Federal, que apresenta 66,48% de domicílios com computadores, sendo 58,69% destes conectados à internet; seguidos pelos estados da Região Norte (exceto o estado do Pará, que ocupa a antepenúltima posição, tanto no ranking de porcentagem de computadores por domicílio quanto no de acesso à internet). Seguindo a lógica cruel da desigualdade econômica, os estados da Região Nordeste ocupam as últimas posições [...] cabendo ao Maranhão a última posição, apresentando apenas 15,16% de domicílios com computadores, e 10,98% destes conectados à internet.

Assim, as regiões norte e nordeste estão em desvantagens em termos de acesso de domicílios a computadores e à conexão com internet. É previsto que essa situação se agrave com a população do campo em relação aos grandes centros urbanos, fato que está relacionado às desigualdades na distribuição de renda, riqueza e acesso à educação da população dessas regiões. Por isso, “[...] a luta contra a exclusão digital visa sobretudo encontrar caminhos que diminuam seu impacto negativo sobre a distribuição de riqueza e oportunidades” (Sorj; Guedes, 2005, p. 2). Além disso, a luta pela inclusão digital consiste na luta ética contra a exclusão social, em favor da vida e humanização de homens e mulheres no viver em sociedade.

A inclusão, então, está relacionada à exclusão. Para Sawaia (1999, p.9):

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe

em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Casali (1997, p.19, grifos no original) destaca a ambiguidade dos dois conceitos:

... de um lado, aqueles que são os 'outros' dos sistemas (indivíduos, os alunos diante dos mestres, trabalhadores perante os patrões, pacientes diante dos médicos, cidadãos diante dos políticos etc., ou as minorias sem poder como os grupos de idade, gênero, raça, religião etc.) têm o direito de serem incluídos no acesso aos bens disponíveis pela instituição, pela sociedade, pela cultura em questão. Nessa perspectiva, a exclusão é um sinal da dominação e, ao contrário, a inclusão é um direito; ... de outro lado, aqueles que são os 'outros' dos sistemas, o são, e devem sê-lo radicalmente, porque sua liberdade é irredutível aos projetos de dominação dos sistemas (no plural sempre), porque sua consciência é intocável, porque seus desejos são imprevisíveis. O outro humano é sempre exterior, exterioridade a todos os sistemas, a toda ontologia. O outro diz sua palavra a partir de si mesmo. Ele é uma 'an-arquia'. Ele é o que faz a história ser história, isto é, aparição e construção do novo, do im-pre-visível. Nessa perspectiva, a inclusão é um sinal da dominação e, ao contrário, a exclusão é um direito.

Na perspectiva do autor, inclusão e exclusão são termos ambíguos. A exclusão pode ser sinal de um processo de dominação e a inclusão vista como direito ao acesso aos bens sociais. Dessa maneira, a pessoa excluída é a não incluída socialmente, ou a inclusão tem um significado de dominação, e a exclusão é o direito de ser diferente e não segue o estabelecido na sociedade pelos quem detêm o poder.

Para Martins (1997), os processos de exclusão são modos de marginalização, na medida em que a exclusão se processa por meio de uma inclusão precária, diferenciada, discriminada e marginal. Significa que determinados segmentos sociais têm acesso a definidos bens sociais, de forma precária ou marginal.

No contexto escolar, o uso do computador é incentivado nas escolas, mediante políticas de inclusão digital e o celular é o mais utilizado pelo/a alunado/a. Essas ferramentas, em especial o computador, viabilizam o acesso ao conhecimento e a cultura; estimulam a pesquisa; facilitam a escrita e a reescrita dos textos; incentivam o desejo de aprender; motivam e enriquecem o processo de ensinar e de aprender. Franciosi e Medeiros (2005, p.70) ressaltam que “[...] a mudança de aprendizagem com o uso do computador não é o uso por si mesmo da máquina, e sim a arquitetura pedagógica, projetada com determinada intenção e disponibilidade ao meio disponibilizado. E Valle (2013) explica que o computador é uma ferramenta que aumenta de forma significativa a produtividade e a eficiência na aprendizagem, desde que sejam bem aproveitados os seus recursos. Isso significa que os/as docentes precisam saber orientar os/as educandos/as no uso das tecnologias e considerem

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual
que é necessário um projeto pedagógico para o uso das tecnologias, entre os quais o computador e o celular, no campo educacional, como parte da formação escolar.

Dessa forma, a inclusão digital “[...] não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos Computadores” (Rebêlo, 2005, p. 42, grifo no original) e não pode ficar restrita à oferta de cursos de informática com o manuseio das tecnologias de forma tecnicista e sim a uma formação crítica e para o exercício da cidadania, com os educandos considerados sujeitos de seu conhecimento, história e cultura.

Bonilla e Oliveira (2011, p.99-100) explicam ser necessária a mudança de paradigma que rompe com a visão tradicional de educação, por meio da:

... proposição de dinâmicas em que os sujeitos envolvidos – professor, aluno, comunidade – sejam sujeitos ativos nos processos de produção do conhecimento, de forma que possam decidir, participar, construir, ou seja, ter uma formação participativa. Buscamos uma formação pautada em lógicas não-lineares, na aprendizagem colaborativa, na interatividade, na multivocalidade, nas dinâmicas das redes ... nesta concepção pedagógica, o formador acredita que os sujeitos só aprendem se agirem e problematizarem a sua ação.

Além disso, o celular nas escolas com seus recursos tecnológicos é visto como importante para o a relação ensinar e aprender, desde que inseridos em um plano pedagógico direcionado às demandas curriculares das escolas. Porém, pelo fato de serem utilizados mais para comunicação nas redes sociais do que para uso pedagógico, a Lei nº 15.100, foi sancionada em 13 de janeiro de 2025, com o objetivo de melhorar a concentração dos/as alunos/as nas aulas, reduzir os *cyberbullying* e os impactos negativos do uso excessivo do celular, entre os quais a redução de leituras de livros, a não realização de exercícios físicos e atividades lúdicas interativas e a redução de conversas com amigos/as.

Essa lei estabelece aos estabelecimentos públicos e privados de ensino da Educação Básica no seu Art. 2º que:

Fica proibido o uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica.

§ 1º Em sala de aula, o uso de aparelhos eletrônicos é permitido para fins estritamente pedagógicos ou didáticos, conforme orientação dos profissionais de educação.

§ 2º Ficam excepcionadas da proibição do *caput* deste artigo as situações de estado de perigo, estado de necessidade ou caso de força maior (Brasil. Lei 15.100, 2025).

O Art. 3º permite o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes:

... independentemente da etapa de ensino e do local de uso, dentro ou fora da sala de aula, para os seguintes fins: I – garantir a acessibilidade; II – garantir a inclusão; III – atender às condições de saúde dos estudantes; IV – garantir os direitos fundamentais (Brasil. Lei 15.100, 2025).

Apesar de poder ser usado para fins pedagógicos na escola, os/as professores/as usam os aparelhos celulares em atividades pedagógicas ou os celulares permanecem guardados no período das aulas? Qual o impacto da proibição do celular aos/as estudantes no cotidiano da sala de aula? A concentração nas aulas e a melhoria nas conversas entre os pares melhora o ensinar e o aprender?

Estudos apontam para a precariedade de acesso por parte dos/as alunos/as a computadores e *tablets*, assim como a internet e os laboratórios de informática nas escolas públicas. O Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologia de Redes e Operações destaca que quase todos os colégios têm acesso à internet, mas faltam *tablets*, computadores e *notebooks*, o que se torna obstáculo para uma educação mais conectada. Além disso, o Censo Escolar da Educação Básica (2023) e a rede de monitoramento de conectividade (Medidor Educação Conectada) apontam que 89% das escolas públicas têm acesso à internet, mas só 62% delas disponibilizam a rede para tarefas relacionadas à aprendizagem, sendo utilizadas mais em tarefas burocráticas na secretaria (Portal GI Educação, 2024). Porém, o acesso ao celular favorece ao aluno realizar atividades escolares, inclusive as de pesquisas. Nesse caso, a questão é só interditar? Não seria importante trazer para a escola o debate sobre a utilização correta do *Smartphone*? Discutir os seus riscos e benefícios? Além disso, o não uso pedagógico dessa tecnologia pode se constituir em uma exclusão? E ainda, qual o sentimento do alunado com a Interdição? Quais as marcas simbólicas dessa ação?

Marcas simbólica da exclusão do desejo

Em meio a esse cenário de debate sobre a inclusão e a exclusão digital surge o processo de disrupção, que significa ruptura com o conservador e o estabelecido, pois se trata de uma formação discursiva que advém como uma epifania e se aproxima de uma concepção de educação inovadora ao romper paradigmas, **para** ofertar novas formas de aprender no sentido de atender às necessidades dos/as alunos/as, de forma singularizada e acessível. Pesquisadores/as desse campo corroboram que a mudança na educação é necessária porque o atual sistema é anacrônico e não responde às necessidades da era digital.

A disrupção digital surge para fomentar funções, por meio das tecnologias, para que sejam acessíveis ao público e tem a pretensão de minorar a exclusão digital. Ao navegar por essa inovação educativa, Negreiros (2012, p.14) sustenta que a “[...] defesa por uma inovação disruptiva no âmbito da educação está relacionada com o empobrecimento intelectual do

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual
processo formativo da classe trabalhadora [...]”. Esse excerto da autora revela a defesa da educação disruptiva e faz elo com os processos formativos da classe trabalhadora frente ao seu nível intelectual o que pode ser um meio educativo para o enfrentamento da exclusão sociodigital.

Bonilla e Oliveira (2011), Baptista (2006) e Cabeda (2004) são unânimes em projetar e aprofundar a temática da exclusão digital e ainda mencionam a urgência de políticas públicas nessa direção, o da inclusão digital. Extinguir a exclusão digital se relaciona diretamente à democratização do acesso ao mundo digital, que visa reduzir a desigualdade social por oportunidades. Dessa forma, urge que a exclusão digital na escola seja discutida. É preciso políticas públicas humanamente emancipadas para ofertar o acesso equitativo à internet aos/as sujeitos/as privados e desejantes desses artefatos e que possa exercitar os conceitos reais simbólicos e imaginários que estão presentificados na política da acessibilidade. Para além do acesso à informação, é importante que o/a professor/a realize um trabalho para discernimento e interpretação discursiva que se encontra na engrenagem da internet. Nesse sentido, também há um conjunto de elementos que não depende do aparelho, da conexão, depende do conhecimento.

Exclusão digital: objeto perdido

A restrição ao uso do celular tem provocado eco na família e na escola e faz sonância no dizer e no dito: mitigar os impactos negativos do uso excessivo de celulares. O crescente debate sobre o uso desses aparelhos nas escolas, os quais foram e são objeto de reflexões dos/as educadores/as, psicólogos/as, pais e comunidade devido aos impactos psíquicos operam na concentração, no processo de aprender e ensinar e, principalmente, no cuidado com a saúde mental de crianças e jovens. As pesquisas realizadas nesse campo mostraram que o excesso de telas pode causar alterações cerebrais, distúrbios de atenção e atitudinal, subtração dos processos cognitivos, afetivos e da linguagem, distúrbios visuais e dificuldades no sono. Par Jerusalinsky (2017, p. 32): “é preciso considerar o quanto os corpos tão agitados, tão “elétricos” das crianças da atualidade e podem dar-se-a-ver como uma mortificação e não como vitalidade dentro de uma cultura de excessos sensoriais fragmentados em que todos vivemos”.

A pesquisadora ao pensar a cultura do excesso inscreve a pulsão de vida e de morte e nesse câmbio é observada a quebra do laço social. Desde 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a dependência digital nomeada de nomofobia — como um

transtorno psicológico caracterizado pelo medo irracional de ficar sem o celular ou outros aparelhos eletrônicos. O uso excessivo do celular, segundo os/as terapeutas, pode implicar em uma série de problemas físicos e mentais que, por sua vez, pode acarretar vícios, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, problemas de visão e postura, além de impactos negativos no desenvolvimento cognitivo e social, especialmente em crianças e adolescentes. Se uma criança pode ficar tanto tempo em frente a uma tela, possivelmente a tela recalca afetos o que podem gerar tensões e desprazer. Gueler (2017, p. 67) discorre:

O acesso ao mundo virtual nos dá a ilusão de um domínio facilitado, o que poupa a subjetividade do trabalho de construção. Não nos faz esperar, alimenta nossos olhos, não nos incomoda com perguntas nem discordar de nossas opiniões. Oferece tudo ao alcance do polegar, está sempre disponível e só vai embora quando nós queremos. Ninguém gosta da espera nem de ter de ouvir e aceitar um não ou de argumentar para discordar de um outro. Tudo isso pode nos deixar angustiados. Preferimos o que já está feito. E, como dizem as crianças quando pedimos para inventar algo: me dá preguiça.

A estudiosa mostra que com esse uso desenfreado de eletrônicos, não sobrar tempo para pensar nas questões subjetivas que passa a ser trocada pela objetividade e técnica dos artefatos. O lúdico e a criação passam a ser silenciados pelo uso abusivo dos eletrônicos

Os estudos, pesquisas e depoimentos da família foram suficientes em busca de um amparo legal para instituir a lei do uso excessivo de celulares. Nesse sentido, se proclama a Lei nº 15.100/2025, a qual versa que cabe as redes de ensino discutirem e deliberarem a consistência da Lei suas estratégias de implementação e as novas regras para utilização de celulares.

O aluno da Educação Básica foi surpreendido no início do ano letivo com o interdito do uso do celular na escola e, portanto, o discurso subjacente a este ato é que objeto preferido havia sido escapado das suas mãos ou perdido? Essa reação, esboçada em alguns sujeitos da enquête, nos faz articular com o conceito de objeto perdido. É uma construção teórica que serve para entender a dinâmica do desejo e da falta na experiência humana de um objeto inatingível. A experiência da perda do objeto é um objeto fundamental para a constituição do/a sujeito/a como um ser desejante e esse objeto opera como um véu que encobre a falta e permite ao/a sujeito/a lidar com a experiência da perda. O objeto perdido em Lacan não é algo que se busca com a finalidade de ter, mas sim uma falta que impulsiona o desejo e a busca por satisfação.

Bernardino (2017) enfatiza que o objeto/tela, para alguns pais, é um alívio poder ter um objeto/babá que toma seu lugar na função educativa. Para Mena (2017, p. 211, grifos no original):

O uso abusivo das novas tecnologias na infância e na adolescência. Haveria uma certa demonização dos gadgets, estes dispositivos eletrônicos como *tablets*, *smartphones*, *ipods*, *videogames*, que estariam deixando os adolescentes isolados, hipnotizados, mais conectados ao mundo virtual do que o mundo real. A recomendação dos especialistas seria de limitar o uso desses objetos pelas crianças e adolescentes, antes que fiquem desadaptados demais ao mundo real. Esta desadaptação ao mundo. Que eles passam a conhecer somente pelo computador, em uma exploração sem riscos, sem cheiros, sem cores, também se estenderia a uma desadaptação ao próprio corpo, que passa a ser menos utilizado, e a uma desadaptação social, quando a comunicação começa a ficar condicionada à tela como anteparo divisor entre os corpos.

O autor discorre sobre a sedução que esses objetos provocam nas crianças e adolescentes. Marca simbolicamente a significativa desadaptação em várias situações e enfatiza a desadaptação corpórea frente a uma tela que serve de sustentação a divisão entre os corpos, que imprime as marcas das desigualdades, oportunidades e aprendizagens.

Em decorrência dessa dita interdição do aparelho de comunicação, o celular, pelo uso em excesso e desordenado, nós pesquisadoras do campo das representações sociais com interface na educação, entre outros afins, chamamos para nós a responsabilidade da escuta sobre esse objeto social. Os impactos causados no processo ensinar e aprender, principalmente entre jovens, são aspectos fecundos para que possamos refletir sobre a seguinte indagação: sou excluído ou incluído? Que lugar ocupo? É preciso ter algo que os convoca: *Che vuoi?* Ou seja, o que ele quer de mim? É preciso pensar quais as consequências da virtualização desde a primeira infância, ao considerarmos que o processo de constituição psíquica tenha vez no decorrer das aprendizagens e alcance níveis cada vez mais complexos. Os/as pequenos/as já estão submersos/as, padecem de intoxicações eletrônicas dispersas e encadeadas no espaço virtual afixado a um objeto desejante, contudo perdido.

Ao refletirmos sobre essa temática inclusão e exclusão digital que se articula a interdição do uso do celular nas escolas nos perguntamos à guisa de reflexão: quais as mediações entre a realidade presencial e a virtual podemos ousar, sem prejudicar o processo de ensinar e de aprender? Julgamos que para um estudo como o nosso, que qualificamos como embrionário, é necessário considerar, tanto ensaios críticos reflexivos quanto alguns caminhos percorridos, a serem maturados sobre as temáticas envolvidas. Afinal, no campo das humanidades, as certezas são em menor escala do que as dúvidas sobre um fenômeno

social como o da inclusão e exclusão e respectivo objeto social que, nesse caso, é o aparelho celular.

Representações sociais de jovens sobre a inclusão e a exclusão digital e o uso do celular na escola e as implicações no processo de ensinar e aprender

Dos 23 alunos/as do Ensino Médio, voluntários/as que expressaram suas representações sobre inclusão e exclusão digital; 12 são a favor de uma interdição parcial do celular; 06 são contra a interdição e 05 a favor da interdição do uso do celular na escola. Mas foram identificados também consensos entre as representações sobre a inclusão e a exclusão digital. Assim, o primeiro grupo é o que apresenta **imagem ideativa consensual** de representação sobre a inclusão e a exclusão. A inclusão digital é representada como uma sala de informática equipada e direito de todos. Dessa forma, os sentidos que ancoram nessa objetivação são: – todos/as os/as alunos/as, independentes da cor de pele, orientação sexual, classe social teriam acesso, orientação, suporte da tecnologia e dos meios digitais para serem usados em sala, com aulas mais interessantes, além de outras coisas que ajudassem os/as alunos/as nas noções básicas para a criação de desenhos etc. O governo pode muito bem fazer isso com o estabelecimento de parcerias com as empresas multinacionais de tecnologia, com as operadoras de celulares etc. Essas ações adiantariam muito na superação exclusão digital. Esse grupo representa a escola como exclusão digital. Dessa forma, os sentidos que ancoram nessa objetivação são: a interdição dos celulares que, segundo eles/as, é uma medida de exclusão, pois é o único recurso que temos para baixar livros, fazer pesquisas durante as aulas; – claro que a nossa atenção desvia para outras coisas fora do que o professor ensina, mas não temos como ficar sem o celular; os governantes não conhecem a nossa realidade e nem as nossas necessidades aqui na Amazônia; – o celular para nós aqui é importantíssimo mesmo que ele funcione de forma muito precária; nós nos consideramos excluídos digital e em muitas coisas; nossa aprendizagem é sempre prejudicada, pois não conseguimos acompanhar os avanços da tecnologia.

Esses/as alunos/as têm saberes sobre a concepção de inclusão que se transformam em consensos objetivados na imagem ideativa de uma sala de informática equipada, **na qual** todos/as alunos/as podem se acolhidos com tratamento igualitário bem como orientação e suporte necessário. Também destacam que o governo pode fazer a inclusão pelo menos da maioria dos/as alunos/as partir de parcerias com as empresas multinacionais de tecnologia,

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual

com as operadoras de celulares etc. Quanto à exclusão, consideram que a escola representa a exclusão digital por não se empenhar para a inclusão digital de seus alunos/as. A interdição da utilização do celular, segundo eles/as representa uma marca da exclusão digital na escola. O celular, para as populações dessa região, se tornou importantíssimo, mesmo que funcione com inúmeras limitações. Um outro aspecto que se destaca nos consensos recursivos desses/as alunos/as é o de que eles/as se sentem excluídos/as e prejudicados/as em suas aprendizagens não somente de forma digital, mas em outros aspectos que, sem dúvida, pode ser o descaso do poder público com a região onde vivem, distante das grandes metrópoles.

O segundo grupo objetiva a imagem ideativa que representa **aprisionamento parcial** pelo outro do seu objeto de desejo e de suas realizações, no caso do celular. Dessa forma, os sentidos que ancoram nessa objetivação são componentes afetivos em oposição, como exemplo: misto de tranquilidade para assistir as aulas juntamente com a frustração por não poder usar o celular; raiva por saber que trouxe o celular; e revolta por saber que não vai usá-lo da forma que deseja, mas, ao mesmo tempo, sente que a atenção nas aulas aumentou. Outro sentido que esses/as alunos/as atribuem é o desconforto que sentem durante as aulas até o seu término quando o celular é liberado para uso no espaço de lazer; na compra de lanche; na comunicação com a família; nos espaços de lazer e nos pedidos de ajuda, como o *bullying*, a ameaças, as brigas, os assédios de grupos etc.

Nesse grupo, os alunos se destacaram com pouca diferença das alunas na frequência de suas respostas. A estrutura semântica que mantém a concordância dos/as alunos com a liberação parcial do celular é a seguinte: – **Concordamos com o uso parcial do celular** da seguinte forma: a) nas aulas como recurso digital para pesquisa de temas em cada matéria.; b) nos espaços de lazer; c) compra de lanche; d) comunicação com a família nos espaços de lazer; e e) pedidos de ajuda como *bullying*, ameaças, brigas, assédio de grupos etc.

O terceiro grupo objetiva a imagem ideativa que representa a **liberação total** do celular. Dessa forma, os sentidos que ancoram essa objetivação são componentes afetivos que se manifestam, como raiva, revolta por saberem que não vai adiantar o aprisionamento do celular, pois o proibido desperta mais desejo e nos traz um desconforto muito grande por ser gerador de ansiedade e apatia. Outro sentido que essa objetivação ancora é que a escola deveria se dedicar com coisas mais importantes, pois são elas que levam ao desestímulo, como exemplo, a estrutura da escola, as salas de aula, os recursos audiovisuais, as áreas de lazer, a metodologia e a prática pedagógica do/a professor/a etc. Nesse grupo, os/as alunos/as

se destacaram na frequência de respostas. A estrutura semântica que mantém a concordância dos/as alunos/as com a liberação total do celular é a seguinte: – **Chega de falta na escola pelo menos o celular temos que usar.**

O quarto grupo objetiva a imagem ideativa que representa **o aprisionamento total** pelo outro do seu objeto de desejo e de suas realizações, o celular. Dessa forma, os sentidos que ancoram essa objetivação são componentes afetivos que se manifestam como a melancolia por saber que o objeto se encontra próximo de suas vistas, mas não pode pegá-lo e nem o utilizar; o mal-estar decorrente da frustração e da falta de sentido que o aprisionamento do celular ocasionou; a ansiedade, como forma de desejar que o tempo na escola passe rápido para poder obter a liberação do celular. Além de desmotivação pelas aulas e indiferença pelo desconforto que a situação do aprisionamento do celular. Nesse grupo, as alunas se destacaram na frequência de respostas. A estrutura semântica que mantém a concordância dos/as alunos/as com a interdição do celular é a seguinte: – **Não temos como lutar, então, aceitamos se queremos estar na escola**

Observamos que o grupo 2 foi o que apresentou alternativas que justificam a utilização parcial do celular na escola. Enquanto o grupo 4 concorda com a intervenção do uso do celular, mas não registrou nenhuma alternativa que justificasse o contrário, ou seja, o uso do celular nas aulas ou em outros espaços como de lazer ou para alguma necessidade urgente. A indiferença e a apatia com interdição do celular possivelmente fecharam os canais de diálogos tanto interno como externo para outros consensos que justificassem o uso do aparelho de forma parcial. Por fim, o grupo 3, de menor frequência de respostas para a liberação total do uso do aparelho, justifica a decisão com as faltas que consideram mais graves na escola, como: infraestrutura, metodologias, prática pedagógica, dentre outras, que possam motivar o/a aluno/a a diminuir a utilização do aparelho nas dependências da escola, principalmente, durante as aulas. Percebemos que para este grupo, o uso do celular é como encobrir a revolta, a raiva que têm da escola por ela não se interessar em atender as necessidades do/a alunado/a. Significa que as ausências da escola frente às suas responsabilidades educacionais são crescentes e graves. Nesse sentido, a interdição do celular pode ser um gatilho para que os comportamentos dos/as alunos/as se deteriore cada vez mais. Segundo esse grupo de alunos/as, para além da interdição do uso do celular na

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual
escola, especialmente, na sala de aula existem outras questões envolvidas, que não se restringem somente na utilização irrestrita do aparelho por esses/as alunos/as.

Dessa maneira, embora os estudos sobre esse tema ainda sejam restritos e recentes, assim como as determinações das leis federais e estaduais para o cancelamento do celular nas escolas, cabe a escola juntamente com o coletivo de professores/as, familiares, alunos/as dentre os especialistas afins, abrirem canais de diálogos para discutirem questões envolvidas na inclusão e exclusão digital na escola, bem como critérios sobre a utilização de recursos e aparelhos digitais nas aulas e nos demais espaços escolares.

Sabemos que esse hábito da tecnologia, especialmente o uso do celular, viralizou e se transformou em vício, não somente para os grupos de crianças e jovens, mas para a população do planeta que, por sua vez, sofre com esse bem por um lado e com esse mal por outro. Um bem e um mal que se transpassam sem sabermos ao certo os limites de um e de outro, principalmente, nas atividades que requerem atenção, escuta, precisão, percepção, reflexão crítica, dentre outras *expertises*.

Destacamos, mediante o estudo esboçado aqui, a existência da ambivalência semântica entre o que é inclusão e o que é exclusão digital, uma vez que essas delimitações se esvaziam de sentidos se não considerarmos o contexto psicossocial dos/as alunos/as, da escola, dentre outros significativos para essa distinção, ou seja, cada escola tem as suas especificidades, bem como seus alunos/as e as respectivas regiões onde vivem. Quando os/as participantes destacam que o celular pode ser útil como recurso digital para pesquisa, no espaço de lazer, na comunicação com a família e pedidos de ajuda em relação a ameaças e brigas, nesse caso, é possível pensar ser a interdição uma exclusão digital, diante de uma necessidade vivenciada pelos/as jovens? Contudo, a utilização do aparelho, mediante as necessidades dos que fazem a escola, pode se caracterizar como inclusão digital? Essa ambivalência indica que não podemos ignorar que a realidade presencial e a virtual, embora distintas, fazem parte de nossas vivências atualmente e as decisões, sem as necessárias reflexões críticas, podem prejudicar o processo de ensinar e aprender de alunos/as que, em um futuro bem próximo, terão que transitar entre a realidade presencial e a virtual-digital.

Sem dúvida, o estudo mostra que um número expressivo de alunos/as já se encontra imerso nessas duas realidades pelas interações que realizam nas plataformas de redes sociais. Podemos considerar que as representações sociais se forjam entre essas duas dimensões e,

portanto, é um campo vasto de interações, partilhas e consensos, simbólicos, sedução e assédios que não podemos esquecer.

Por fim, as falas dos/as alunos/as apontam que essa expansão tecnológica necessita muito mais de discussões nos espaços educativos, nos meios científicos e outros espaços de socialização, para que possamos superar as barreiras das proibições e rompermos com a disciplina, imposta pelo vigiar e punir. Entre o protagonismo presencial e o virtual desses/as alunos/as, possivelmente as aprendizagens construtivas, críticas e reflexivas podem ser uma das portas de diálogos para lidarmos com o celular, dentre outras tecnologias, nos tempos atuais.

As falas dos/as alunos/as sobre inclusão e exclusão digital estão objetivadas e ancoradas em representações sociais que, por sua vez, assinalam que as decisões educacionais para o processo ensino-aprendizagem escolar não alteram somente a dinâmica da escola, mas também a dinâmica psicossocial daqueles que fazem a escola, sobretudo alunos/as, familiares e professores/as e gestores/as. Desse modo, as mudanças podem ser entendidas como inclusivas ou excludentes se as determinações que passarem a vigorar no regimento da escola não forem discutidas nesse âmbito com seus pares e grupos em função de suas especificidades.

Apresentamos a seguir **a síntese** das representações sociais dos/as alunos/as do Ensino Médio sobre inclusão e exclusão digital, que se objetivam a partir de imagens ideativas que, por sua vez, ancoram respectivos sentidos que garantem a essas representações a produção, a circulação e seu estatuto epistemológico.

Imagens ideativas e sentidos de Inclusão e Exclusão digital

Imagem Ideativa	Sentidos
Inclusão Digital representada por uma sala de informática equipada e direito de todos	Todos, independentes da cor de pele, orientação sexual, classe social, deveriam ter acesso, orientação, suporte da tecnologia e dos meios digitais
	a criação de aulas mais interessantes, além de outros aspectos como as noções básicas para a criação de desenhos que agregam valor aos conhecimentos que os/as alunos/as têm.
Exclusão digital representada pela escola	A interdição dos celulares é uma medida de exclusão, pois é o único recurso para baixar livros e fazer pesquisas durante as aulas.
	O uso do celular é uma necessidade na realidade da Amazônia na Amazônia. Nós nos consideramos excluídos digital e em muitas coisas; nossa aprendizagem é sempre prejudicada, pois não conseguimos acompanhar os avanços da tecnologia

Representações: inclusão e exclusão digital atravessada pela escola atual

O sentimento de exclusão, segundo esses/as alunos/as, ultrapassa a proibição do aparelho celular na medida em que eles/as se sentem excluídos/as em muitos aspectos que implicam no prejuízo de suas aprendizagens. Significa que eles não conseguem acompanhar os avanços da tecnologia e atualizar seus conhecimentos acerca dos conteúdos escolares dentre outros. Existem coisas mais importantes na escola que causam desestímulo, muito mais do que o uso do celular.

Componentes afetivos-emocionais e consensos sobre a proibição do uso celular nas escolas

Componentes afetivos-emocionais de oposição
O misto de tranquilidade para assistir as aulas, porém o sentimento de frustração de não poder usar o celular; O sentimento de raiva por saber que trouxeram o celular e revolta por não ser possível usá-lo da forma que querem, ao mesmo tempo em que reconhecem prestar mais atenção as aulas; A indignação e a revolta por saberem que não vai adiantar o aprisionamento do celular, pois, o proibido desperta mais desejo e traz desconforto por ser gerador de ansiedade e apatia
Consenso
Pelo menos o uso do celular na escola deve ser permitido, uma vez que a falta de tudo faz parte da realidade escolar. A aceitação da proibição do uso do aparelho traz o sentimento de apatia, indiferença desses/as alunos/as como se estivessem se protegendo de uma realidade difícil de aceitar

Assim, o misto de desconforto e a ansiedade percorre o ciclo de proibição do uso do celular na escola durante as aulas. Possivelmente, esse ciclo se amenizaria caso os/as participantes da pesquisa soubessem que poderiam usar o celular em outros espaços da escola, mediante suas necessidades.

Conclusões possíveis

As temáticas envolvidas nesta investigação: inclusão e exclusão digital escolar e a proibição da utilização do celular na escola, especialmente durante as aulas contribuiu para que pudéssemos destituir certezas sobre a existência da universalidade de concepções quando tratamos de inclusão e exclusão digital na escola. Por ser um estudo embrionário, priorizamos muito mais o exercício da reflexão crítica e dialética sobre o tema, por considerarmos que incluir e excluir na perspectiva digital na escola, apresenta complexidades, uma vez que as linhas divisórias desses fenômenos psicossociais se tangenciam.

A Teoria das Representações Sociais, proposta neste estudo, possibilitou a identificação e a interpretação de consensos desses/as alunos/as, e contribuíram com a construção de temáticas e respectivos sentidos, que apreendessem as tendências de objetivações e ancoragens que constituem as representações sociais desses/as alunos/as do Ensino Médio de escola pública sobre a inclusão e a exclusão digital mediante a proibição do celular na escola, sobretudo na sala de aula.

As objetivações e as respectivas ancoragens fornecem materialidade as representações sociais de alunos/as sobre a inclusão e exclusão digital na escola e conferem imagens ideativas e sentidos de que a inclusão digital na escola é um direito de todos/as os/as alunos/as e que está para além do uso do aparelho celular, carece de políticas públicas e sociais, visto que necessita de estrutura e profissionais que possam efetivamente objetivar o processo de ensinar e aprender articulado ao universo digital. Desse modo, segundo os/as alunos/as, a interdição é um ato de possível exclusão e a escola representa a exclusão não somente digital, mas a exclusão em inúmeros aspectos pela falta de empenho e responsabilidades de órgãos governamentais que podem, a partir de parcerias, diminuir, em grande medida, a exclusão digital e de acesso aos bens e serviços, principalmente na Amazônia paraense.

Em que pese as determinações iniciais sobre a interdição do celular durante as aulas se torna evidente a partir das representações sociais que esses/as alunos/as têm, que a discussão sobre realidade de cada região, escola, alunos, corpo de professores/as pode sinalizar as ações a serem implantadas no contexto escolar, pois mesmo com as limitações geográficas, dentre outras que pesam sobre a educação desses/as alunos/as que vivem na Amazônia, é fato que um expressivo contingente de alunos/as do Ensino Médio se encontram plugados na tecnologia, além de utilizarem suas curiosidades e suas habilidades criativas para vencer os desafios impostos pela exclusão digital. Não nos resta dúvida que os/as alunos/as participantes deste estudo ao registrarem seus pensamentos, sentimentos, fazeres e sugestões quanto à inclusão digital na escola demonstraram que sabem dizer sobre os seus desejos, as suas aspirações, suas expectativas e decepções para com a escola.

Assim, a escola que desejam deve tornar o presente e o futuro diferente das marcas sofridas que trazem na memória. Essa escola deve representar o consenso dos grupos de alunos/as, a diversidade de populações, seus modos de vida, suas culturas e respectivos biomas para tentar decifrar com maior propriedade o enigma da inclusão e exclusão digital na escola contemporânea.

Referências

- BAPTISTA, Sofia Galvão. A inclusão digital: programas governamentais e o profissional da informação-reflexão. **Inclusão social**, 1(2), 23-30. 2006
- BAPTISTA, Angela; JERUSALINK, Julieta. **As Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais**. Salvador, Agalma. 2017.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. Da babá “catódica” aos duplos virtuais: os novos “outros” da infância contemporânea. In BAPTISTA, Angela e JERUSALINSKY Julieta. **As intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais** (pp. 146-165). Ágalma. 2017

BONILLA, Maria Helena ; OLIVEIRA, Paulo Cesar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In BONILLA, Maria Helena e PRETTO, Nelson de Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea** (pp. 23-48). Edufba. 2011

BRASIL. **Lei n.15.100, de 13 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. 2025. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15100.htm

BRAUN, Virginia; CLARKE, Vitoria. Usando análise temática em psicologia. **Qualitative Research in Psychology**, 3(2), 77-101. 2008

Cabeda, Marcelo. Inclusão digital e educação *on-line* em prol da cidadania: pontos para reflexão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, 3, 1-8. 2004.

CASALI, Alipio. Um Olhar Filosófico sobre a Questão da Exclusão Escolar. In CASALI, Alipio. **Educação hoje: tensões e polaridades**. FECS/USF. 1997.

FRANCIOSI, Beatriz. R. T.; MEDEIROS, Marilu. F. de. Ambientes de aprendizagem: uma unidade aberta. In PELLANDA, Nize Maria C; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe M.; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas** (pp. 159-162). DP&A. 2005.

GONÇALVES, Marcelo Coelho. **Exclusão digital na era da inclusão digital** 39f [Monografia de Especialização]. Escola da Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2013

GUELER, Stopped Adela. Droga de celular! Reflexões psicanalíticas sobre o uso de eletrônicos. In BAPTISTA, Angela e JERUSALINSKY Julieta. **As intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais** (pp. 1-10). Ágalma. 2017.

JERUSALINSKY, Julieta. Que redes nos sustentam no balanço da Web? O sujeito na era das relações virtuais. In BAPTISTA, Angela e JERUSALINSKY Julieta. **As intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais** (pp. 13-38). Ágalma. 2017.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

MARTINS, José Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. Paulus. 1997.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 61, n.61, p. 60-78, 1994.

MENA, Luiz. O objeto entre o corpo e a inexistência do Outro. In BAPTISTA, Angela e JERUSALINSKY Julieta. **As intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais** (pp. 1-10). Ágalma. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (18a ed.). Vozes. 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social** (3a ed.). Vozes. 2005.

NEGREIROS, Teresa Cristina. **Educação inovadora disruptiva e os novos desafios à formação**. Salvador: Edufba. 2012.

PORTAL G1 EDUCAÇÃO. **Em escolas públicas com computador, média é de 1 equipamento para cada 10 alunos, diz estudo**. 2004.

REBÊLO, Paulo. **Inclusão digital: o que é e a quem se destina?** 2005. <https://webinsider.com.br/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das Representações Sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 34(1), 46-65. 2014.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes. 1999.

SAWAIA, Bader. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In SPINKY, Mary Jane P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social (pp. 1-13). Brasiliense. 2004.

SORJ, Bernardo, & GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **CEBRAP**, 72, 101-117. 2005.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro. Inclusão digital na alfabetização: importância da aprendizagem inicial na vida de todos. In: Luiza Elena Leite Ribeiro do Valle; Maria José Marinho de Mattos Viana; José Wilson Costa. (Org.). **Educação digital**: a tecnologia a favor da inclusão. 1ed.Porto Alegre, RS: Penso Editora Ltda., 2013, p. 122-144.

Sobre as autoras

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Docente e pesquisadora da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém-PA, Brasil; nildeapoluceno@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>. Bolsa produtividade do CNPq.

Ivany Pinto Nascimento

Docente e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA) Belém-PA, Brasil; ivany.pinto@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2455-3676>

Maria de Lourdes Soares Ornellas

Docente e Pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador-BA, Brasil; ornellas1@terra.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9750-9767>

Recebido em: 10/07/2025

Aceito para publicação em: 18/12/2025